

ADUNESPAssociação dos Docentes
da Unesp - Seção
Sindical do Andes-SN**SINTUNESP**Sindicato dos
Trabalhadores
da Unesp

17/10/2019

Encontro técnico da FrentUnesp em Bauru teve dúvidas sobre 13º salário e cobrança dos sindicatos por compromisso dos deputados com mais recursos

A Frente Parlamentar em Defesa da Unesp, já conhecida como **FrentUnesp**, teve uma primeira reunião técnica de trabalho em 11/10/2019, no campus de Bauru. Lançada em Botucatu, no dia 18 de julho, por iniciativa do deputado estadual Fernando Cury, que é daquela região, a FrentUnesp tem o objetivo de evidenciar as dificuldades financeiras da Universidade e defender soluções junto ao governo do Estado e à Assembleia Legislativa (Alesp).

Na reunião de Bauru, além do deputado Cury, havia representantes da reitoria, dos Fóruns de Diretores e de Vice-Diretores, dos estudantes e das entidades sindicais da Unesp, além de vereadores da região. Pelo Sintunesp, compareceram Alberto de Souza e Jorge Cerigatto; pela Adunesp, Gilberto Magalhães. O principal encaminhamento aprovado foi a constituição de um grupo de trabalho, com membros indicados por cada segmento presente, com o intuito de atuar mais sistematicamente.

Os representantes do Sintunesp e da Adunesp entrevistaram na reunião lembrando que a Unesp vive uma crise de financiamento e solicitando o compromisso de Cury e dos demais deputados que assinaram o manifesto de lançamento da FrentUnesp com as reivindicações apresentadas todos os anos na Alesp. Embora cerca de 60 deputados tenham assinado o manifesto, a ampla maioria não vem apoiando as reivindicações de mais recursos, apresentadas pelo Fórum das Seis. Cury enfatizou que apoia a luta por mais verbas para as universidades estaduais paulistas, mas que “em primeiro lugar está a sobrevivência da Unesp”.

As dúvidas sobre o pagamento do 13º salário de 2019 permearam a reunião. O deputado Cury disse estar empenhado em viabilizar uma solução legal para o repasse à Unesp dos R\$ 83 milhões oriundos da Secretaria da Saúde, destinados a ressarcir a Universidade pelo pagamento



A reunião em Bauru. Na foto logo acima, Fernando Cury fala aos presentes



dos servidores que estão alocados no Hospital das Clínicas de Botucatu.

As próximas reuniões da FrentUnesp ainda não têm data definida, mas devem ocorrer em outros campi da Universidade.

Os representantes dos Fórum de Diretores e de Vice-Diretores da Unesp apresentaram um documento ao deputado Cury com sugestão de temas para discussão nas reu-



niões da **FrentUnesp**, entre eles:

- Projeto de lei que trata da transferência de recursos referentes à autarquia do HC de Botucatu para a Unesp, com vistas ao pagamento do 13º salário;
- Desdobramentos da CPI das Universidades;
- Garantias de manutenção da autonomia universitária;
- Necessidade de repasse de verbas do governo do Estado para a permanência estudantil;
- Discussão sobre a questão da PEC do teto salarial.



Confira reportagem na TV Unesp sobre a reunião em:
<https://www.youtube.com/watch?v=f-VI1Mp5LnQ>

Crise de financiamento é problema central

O Sintunesp e a Adunesp consideram que todo apoio é bem-vindo e esperam que os parlamentares envolvidos com a “**FrentUnesp**” efetivamente se comprometam com as reivindicações por mais recursos, na Assembleia Legislativa, especialmente nos momentos de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA), bem como defendendo-as junto ao governo do estado.

Como o Fórum das Seis vem sistematicamente expondo, especialmente a partir dos anos 2000, o montante de recursos repassados às universidades estaduais paulistas foi se mostrando cada vez mais insuficiente. Embora contem com dotação orçamentária definida, de 9,57% do ICMS – Quota-Parte do estado (ICMS-QPE), isso não tem sido suficiente para a manutenção do ensino, da pesquisa e da extensão de serviços à comunidade com a qualidade que sempre caracterizou as nossas universidades.

Os principais motivos da crise de financiamento são todos de responsabilidade do governo estadual e da Assembleia Legislativa. São eles:

A manobra no ato da autonomia:

Os sindicatos reunidos no Fórum das Seis têm organizado a luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas ao longo das últimas décadas. Não fosse isso, ainda teríamos uma dotação de 8,4% do ICMS – Quota-parte do Estado para as três universidades, conforme estabelecido pelo então governo Quéricia, quando do advento da autonomia universitária, em 1989. Já naquele momento, foi dado o primeiro golpe: o montante de recursos concedidos às universidades antes da autonomia correspondia a cerca de 11,6% do ICMS – QPE. Junto com a autonomia, veio a anexação do *campus* de Bauru à Unesp. A luta da comunidade acadêmica conquistou a ampliação em duas ocasiões: para 9% (1992) e 9,57% (1995).

A expansão sem recursos perenes:

O índice atual (9,57% do ICMS – QPE) é insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão de qualidade nas estaduais paulistas, que nos anos 2000 foram submetidas a uma expressiva expansão, aumentando em cerca de 100% o número de estudantes de graduação. Mesmo sofrendo as consequências deste pro-

cesso, sem a contrapartida de recursos perenes, estão entre as melhores universidades do país. No caso da Unesp, temos, mais recentemente, a criação das 11 Engenharias.

Manobras na base de cálculo do repasse:

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira da base de cálculo (que deveria ser 75% do total do ICMS arrecadado) os recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. Apenas de 2014 a 2018, deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais cerca de R\$ 16,154 bilhões, em valores nominais. Isso resultou numa perda real de cerca de R\$ 1,54 bi para Unesp, Unicamp e USP!

Insuficiência financeira:

A insuficiência financeira tem a ver com a capacidade das universidades estaduais em pagar as aposentadorias e pensões de seu pessoal estatutário. Mas os aposentados e pensionistas da Unesp, Unicamp e USP não têm NENHUMA responsabilidade sobre isso. Explica-se: quando a SPPrev foi criada, em 2007, por meio da Lei Complementar 1.010/2007, o texto da lei contemplou uma salvaguarda para os órgãos públicos ao estabelecer que a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” (a chamada insuficiência financeira) é do tesouro estadual. Ou seja, a diferença entre o que o ente público (como é o caso das universidades estaduais paulistas) arrecada com as contribuições do pessoal da ativa e dos aposentados, e o montante necessário para quitar as aposentadorias DEVE ser paga pelo governo estadual (conforme consta na LC 1.010/2007). O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE, realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026.